

Artigo

Movimentos sociais e enfrentamento à crise ambiental no século XXI: Considerações sobre a intersecção entre ambientalismo e combate às desigualdades sociais a partir de dois casos

Giuliana Franco Leal

Matheus Thomaz da Silva

422

Resumo

A crise ambiental vivida no século XXI, perpassada pelas desigualdades na forma como é vivida, dá espaço à junção entre lutas ambientais e combate às desigualdades sociais. Neste artigo, propõe-se como objetivo geral compreender as intersecções entre os temas ambientalistas e as lutas contra as desigualdades territoriais, de raça e classe, em termos teóricos e na prática de dois movimentos sociais ligados a pautas alimentares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o *Slow Food* Brasil. A pesquisa foi feita com revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com membros do segundo movimento. Percebeu-se que o MST, com quatro décadas de existência, ambientalizou-se ao longo do tempo, ao incorporar a agroecologia à luta de classes, e aproximou-se assim de saberes camponeses. O *Slow Food* Brasil já foi fundado, na Itália, com preocupações ambientais em seus temas, mas no período em que chegou ao Brasil, incorporou mais intensamente preocupações com a igualdade social e aproximou-se de lutas de classe e pautas decoloniais. Ambos os processos confirmam o ganho em potência ao se pensar a questão ambiental junto com a da igualdade social, sob uma perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; *Slow Food* Brasil; Lutas ambientais; Ativismo alimentar; Luta de classes.

Social movements and confronting the environmental crisis in the 21st century: Considerations on the intersection between environmentalism and the struggle against social inequalities based on two cases

Abstract

The environmental crisis experienced in the 21st century, permeated by inequalities in the way it is experienced, gives space to the junction between environmental struggles and the fight against social inequalities. In this paper, the main objective is to understand the intersections between environmentalist themes and the struggles against territorial, race and class inequalities, in theoretical terms and with empirically with help of the practice of two social movements involved with food issues, the Landless Rural Workers Movement (MST) and Slow Food Brasil. The research was carried out with a bibliographical review, documentary analysis and interviews with members of the second movement. It was noticed that the MST, with four decades of existence, environmentalized itself over time, by incorporating agroecology into the class struggle, and thus became closer to peasant knowledge. Slow Food Brazil was founded in Italy with environmental concerns in its themes, but in the period in which it arrived in Brazil, it more intensely incorporated concerns with social equality and became closer to class struggles and decolonial agendas. Both processes confirm the potential gain when thinking about the environmental issue together with that of social equality, from a decolonial perspective.

423

Keywords: Landless Rural Workers Movement; Slow Food Brazil; Environmental struggles; Food activism; Class struggle.

Los movimientos sociales y el enfrentamiento a la crisis ambiental en el siglo XXI: Consideraciones sobre la intersección entre ambientalismo y el combate a las desigualdades sociales a partir de dos casos

Resumen

La crisis ambiental vivida en el siglo XXI, permeada por desigualdades en la forma de vivirla, da espacio al cruce entre las luchas ambientales y la lucha contra las desigualdades sociales. En este artículo, el objetivo general es comprender las intersecciones entre la temática ambientalista y las luchas contra las desigualdades territoriales, raciales y de clase, en términos teóricos y en la práctica de dos movimientos sociales vinculados a la problemática alimentaria, el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin-Tierra (MST) y Slow Food Brasil. La investigación se realizó con una revisión bibliográfica, análisis documental y entrevistas a

integrantes del segundo movimiento. Se observó que el MST, con cuatro décadas de existencia, se ambientalizó con el tiempo, al incorporar la agroecología a la lucha de clases, y así se acercó al saber campesino. *Slow Food Brasil* fue fundado en Italia con preocupaciones ambientales en sus temas, pero en el período en que llegó a Brasil incorporó más intensamente preocupaciones por la igualdad social y se acercó a las luchas de clases y a las agendas decoloniales. Ambos procesos confirman la ganancia potencial de pensar la cuestión ambiental junto con la de igualdad social, desde una perspectiva descolonial.

Palabras clave: Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra; *Slow Food Brasil*; Luchas ambientales; Activismo alimentario; Lucha de clases.

Introdução

A crise ambiental torna-se a cada dia mais urgente e ameaça a sobrevivência e a qualidade de vida da humanidade (Saito, 2021; Ploeg, 2008), mas de forma desigual de acordo com categorias como classe social, raça, gênero, relação com território e com a natureza (Alier, 2007). Frente à premência do problema no século XXI, faz sentido que lutas contra desigualdades de classe, território e raça se mesquem com lutas ambientais, as quais ganham cada vez mais espaço, mesmo em alguns movimentos sociais que antes não as contemplavam.

As ideias expostas acima serão desenvolvidas e discutidas ao longo deste texto, com embasamento teórico e com olhar voltado para dois movimentos sociais bastante diferentes que, segundo defendemos, têm vivido o intercruzamento entre processos de ambientalização de suas pautas e de incorporação de lutas e estratégias contra as desigualdades de classe e raciais/territoriais-coloniais.

Nossos objetivos são: (1) compreender as intersecções entre os temas do ambientalismo e das lutas contra desigualdades territoriais, de raça e classe, em movimentos sociais que não tem o enfrentamento à crise ambiental como pauta central, mas a incorporam em pautas agrárias e alimentares; (2) pensar como e por que aqueles temas passam cada vez mais a tomar conta de boa parte de suas pautas. Isso será feito a partir da

literatura e do acompanhamento dos processos vividos por dois movimentos sociais brasileiros de amplitude nacional que (segundo defendemos) interseccionam cada vez mais em suas pautas os temas ambientais e das lutas decoloniais/antirracistas e de classes, partindo, porém, de origens e características diferentes.

Um deles já surge com bases populares, formado por trabalhadores rurais em luta por reforma agrária na década de 1980, e nos anos 2000 incorporou a agroecologia como elemento central de sua luta. O outro chegou ao Brasil na primeira metade da década de 2000 como uma expansão de um movimento internacional de origem europeia, em luta por alimentos bons, limpos e justos; mesmo com origem elitista, adotou elementos decoloniais em suas ideias e atuação na América Latina, com uma perspectiva ambiental relevante. Trata-se, respectivamente, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do *Slow Food* Brasil.

Após a apresentação das estratégias de pesquisa, traremos apontamentos teóricos sobre desigualdades de classe (Marx, 1988), colonialidade/raça (Quijano, 2005; Gomes, 2012), gênero (Federici, 2017) e território (Santos, 2008), estabelecendo relações desses temas entre si e com questões ambientais (Saito, 2021; Svampa, 2019). Em seguida, a partir de pesquisa bibliográfica e empírica, discutiremos como essas relações se dão nos movimentos acima citados.

1. Estratégias de pesquisa

Foi realizada discussão bibliográfica com base em obras seminais e outras escolhidas pelos autores como centrais para a discussão proposta. Além disso, houve uma revisão da bibliografia produzida sobre o tema nos últimos dez anos nas bases *Scielo* e *Periódicos Capes*; na primeira etapa, usou-se apenas o descritor “*Slow Food*” nos títulos e palavras-chave; na seguinte, usaram-se os descritores “Movimento dos Trabalhadores Ru-

rais Sem-Terra” e “questão ambiental” ou “ambientalismo” ou “agroecologia”, e selecionou-se, pela leitura dos resumos, os artigos mais adequados para uso na pesquisa. Além disso, foi feita uma pesquisa dos documentos disponibilizados publicamente pelos dois movimentos em seus sites, com seleção daqueles que melhor contribuem ao tema aqui proposto. No caso do MST, a documentação e ampla bibliografia sobre o tema foram suficientes para a pesquisa. No caso do *Slow Food* Brasil, bem menos estudado, houve entrevistas semiestruturadas com seis membros da diretoria entre 2021 e 2022, versando sobre a história do movimento, suas ações, conquistas e dificuldades.¹

2. A aproximação da questão ambiental e intersecções de lutas por igualdade de classe, raça, gênero e decolonialidade: aportes teóricos

A modernidade se constrói sobre a base do capitalismo industrial, aliado ao patriarcado e ao colonialismo, por sua vez fundado na racialização das pessoas e hierarquização das raças. Isso se mostra na teoria social que se constrói em relação com a realidade concreta. Para que ocorra a exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, alguns processos históricos são fundamentais: a acumulação primitiva (Marx, 1988); a conquista de novos territórios, com subjugação de seus povos (Grosfoguel, 2016); a separação entre ser humano e natureza (Saito, 2021). Veremos sinteticamente como esses processos acontecem e se entrelaçam.

O processo histórico de separação entre produtor e meio de produção é descrito por Marx (1988) com o nome de acumulação primitiva. Cria-se, assim, a circunstância necessária para a transformação de dinheiro, mercadorias e meios de produção em capital:

¹ Os entrevistados foram escolhidos pelas posições que ocupavam no *Slow Food*. Todo o processo foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP/CONEP). As entrevistas foram feitas de forma remota, pela plataforma *Google Meet*, e duraram de 45 minutos até cerca de duas horas. Em cada uma delas, foi pedido que a pessoa entrevistada falasse sobre os temas de interesse da pesquisa (história, ações, conquistas e dificuldades do *Slow Food*), a partir de suas experiências. Essas entrevistas foram transcritas e a transcrição foi enviada aos entrevistados e entrevistadas, para que pudessem ter ciência dela e, se fosse o caso, corrigir eventuais erros.

de um lado, a existência de possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que terão sua soma-valor valorizada a partir da compra e uso da força de trabalho de outrem; de outro lado, trabalhadores livres por não pertencerem aos meios de produção (tais como pertencem os escravizados e servos) nem possuem meios de produção, estando livres e necessitados o suficiente para venderem sua força de trabalho. A retirada dos meios de subsistência de massas da população tem como base, segundo Marx (1988), a expropriação do povo camponês de sua base fundiária, entre os séculos XV e XVI. O autor descreve como caso clássico a formação do proletariado inglês, com a dissolução dos séquitos feudais. Transforma-se, assim, a relação entre os seres humanos e a terra.

Saito (2021) indica que a unidade “humanidade e natureza”, para Marx, tem como ponto de mediação metabólica o trabalho. A separação e a mercantilização da natureza (incluindo a terra) é um ponto decisivo para a formação da sociedade moderna, significando uma ruptura das condições objetivas naturais para a interação metabólica dos humanos com a natureza.

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, da sua interação metabólica com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital (Marx *apud* Saito, 2021, p. 89).

Para compreender esse processo, não se pode esquecer também que a ascensão do capitalismo é precedida historicamente da invasão da América por europeus. Essa tomada do território latino-americano traz como aspectos centrais importantes para nossa linha de raciocínio: a aplicação do extrativismo, com subjugação da natureza expandida para além da Europa, e a subjugação colonial de novos povos, que precisou aliar dimensões econômicas e culturais, politicamente costuradas.

Na dimensão material, o extrativismo de matérias da natureza faz parte do acúmulo de forças, insumos e energia que foram base de sustentação para o salto produtivo

do modo de produção capitalista. Ele causa alterações nos ciclos naturais do planeta (Araóz, 2017), sobre as quais voltaremos a escrever mais à frente.

Junto com a dimensão material do extrativismo, vem uma dimensão política e cultural de deslocamentos forçados (tais como na diáspora africana, entre os séculos XVI e XIX) e extermínio de povos e, associadamente, os epistemicídios. Grosfoguel (2016) descreve quatro extermínios associados a epistemicídios, entre os séculos XV e XVI, contra: os judeus e mulçumanos em Al-Andalus, sob o argumento da “pureza de sangue”; os povos indígenas das Américas; os africanos levados à força de seus territórios para serem escravizados; por fim, as mulheres que praticavam e transmitiam conhecimentos sobre os corpos e a natureza na Europa, acusadas de bruxaria. Esses quatro genocídios são os alicerces que constituem o privilégio da supremacia dos homens brancos ocidentais.

Esses processos configuram elementos que vão atravessar as relações internacionais, nestes séculos e nos seguintes, como alerta Quijano (2005). Em suas palavras, “o que começou a se formar a partir da [invasão da] América [pelos europeus] possui em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 54).

Para além do tempo de duração do colonialismo, permanece a colonialidade, como padrão de poder que coloca uma hierarquia no trabalho, no conhecimento, na autoridade e nas relações intersubjetivas, via mercado capitalista mundial, no qual o Sul global está subordinado e explorado pelo Norte, e via hierarquização das raças (Oliveira; Candau, 2010).

Nesse contexto, de acordo com Gomes (2012), raça, racialização e racismo se constroem nos processos de colonização, criando hierarquias que procuram justificar a dominação. Usando Hall (2003) como referência, a autora lembra que o racismo é um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão baseado na categoria discursiva da raça.

Nos processos de colonização, a produção e reprodução das desigualdades territoriais também estão presentes. Ao escrever sobre território, adotamos a definição de Santos (2008):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (Santos, 2008, p. 47).

Ao discorrer sobre o contexto do mundo globalizado, Santos (2008) ressalta que a eficácia das ações tem relação direta com a sua localização; os territórios considerados como os melhores são reservados aos mais poderosos; em contrapartida, as coletividades, sob um processo de fragmentação dos territórios com os quais têm relação de pertencimento, não possuem o comando de seus destinos.

Tudo isso nos leva a ressaltar a importância de pensar as desigualdades territoriais, aqui compreendidas como aquelas desigualdades relacionadas aos territórios de cada coletividade. Por exemplo, comunidades e povos que vivem em florestas ou no campo estão submetidos a decisões que se dão em grandes cidades, além de terem menos acesso a direitos relacionados à infraestrutura, saúde e educação formal.

Há que se considerar também que, como Saquet (2018) escreve, o território tem sua identidade distintiva que está na origem de sentimentos de pertencimento e partilha, relacionadas à definição de interesses e objetivos comuns. Além disso, território contém as relações entre sociedade e natureza que os sujeitos vivem cotidianamente como síntese e “significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além do objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica” (Saquet, 2008, p. 483). As observações deste autor nos levam a ressaltar a importância de considerar como as desigualdades territoriais se combinam com as demais, para pensar quaisquer lutas por igualdade.

No modo de produção capitalista, desde suas origens, também é parte fundamental a exploração do trabalho feminino. Silvia Federici (2017) indica que a ordem patriarcal se reorganizou no advento do capitalismo, afirmando uma divisão sexual do trabalho em que às mulheres fica reservado o trabalho reprodutivo necessário à constante geração de trabalhadores (no caso dos homens, assalariados). O trabalho reprodutivo das mulheres é superexplorado ao não receber remuneração. Mais tarde, em momentos de necessidade do capitalismo, elas são incorporadas ao mercado de trabalho, em geral com salários bem mais baixos que os dos homens. Não trataremos especificamente do tema gênero neste artigo, pelo recorte de objetos e objetivo adotado, mas não podemos deixar de enfatizar que também é um tema atrelado às questões ambientais e sociais aqui tratadas.

Gênero e raça não se resumem a isso, mas sob o capitalismo servem à dominação de classe. Há que se ressaltar também que como estrutura de dominação, a colonialidade sustenta o capitalismo. Ainda quando o capitalismo se transforma, entre fins do século XX e meados do século XXI, permanecem em suas bases a exploração do trabalho e da natureza. Além disso, a maneira como se explora o trabalho está ligada à forma como a natureza é explorada.

Isso se torna um problema para a humanidade e para os seres vivos em geral, de modo ainda mais definitivo no século XXI. Mas desde os primórdios do capitalismo, já se colocava como um problema para este modo de produção, porque os limites da reprodução da natureza colocam-se como limites para a produção material, fato escamoteado dentro da ideologia capitalista do crescimento constante, que cobra seu preço ecológico e humano, nos períodos mais recentes da história.

A tendência histórica geral do capitalismo: o capital sempre tenta superar suas limitações pelo desenvolvimento de forças produtivas, novas tecnologias e do comércio internacional, mas, precisamente como resultado de tais tentativas contínuas de expandir sua escala, ele reforça a tendência de explorar as forças naturais (incluindo a força de trabalho humana) em busca de matérias-primas e matérias auxiliares, alimentos e energia mais

baratos em escala global. Esse processo aprofunda suas próprias contradições, como no desmatamento massivo da região amazônica; a poluição da água, do solo e do ar pela indústria extrativa na China; no derramamento de óleo no Golfo do México; e a catástrofe nuclear em Fukushima (Saito, 2021, p. 127).

Daí decorre que o enfrentamento ao capital é uma luta ambiental e vice-versa. Assim, a luta ambiental não está dissociada da luta de classes. Quanto a esta, cabe salientar que, na teoria de Marx (2008), refere-se a uma relação social antagônica e dialética entre as classes opostas pela posse (ou não posse) dos meios de produção, a qual permite explorar/ ter explorada a força de trabalho. Embora uma negue a outra, a existência de ambas está condicionada uma à outra. Dessa forma, originalmente em termos econômicos, destaca-se a contradição entre capital e trabalho como a contradição/conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Os sujeitos coletivos constroem o autorreconhecimento nessa luta.

Por tudo que foi exposto, chamamos atenção para o quanto classe, raça e gênero estão presentes de maneira intrincada em qualquer luta que envolve transformações do capitalismo e para além dele. Tais transformações são fundamentais quando se deseja ou se necessita enfrentar problemas ambientais. E estes se tornam tão centrais no mundo contemporâneo que movimentos sociais, que inicialmente não eram voltados especificamente para questões ambientais, cada vez cada vez mais tendem a incorporá-los em suas lutas.

Nas palavras de Acselrad (2010, p. 103), ambientalização “pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”. Nos casos que acompanhamos, a ideia de ambientalização vai além: ela diz respeito à incorporação de pautas ambientais de luta e de práticas ambientalmente orientadas na práxis dos movimentos.

Ainda que a relação entre seres humanos e natureza esteja presente em todas as relações de produção material, algumas formas de produção são mais direta e claramente ligadas às questões ambientais. É o caso da produção de alimentos, ligada visceralmente a elementos naturais como a terra e a água. Uma crise ambiental global é inevitavelmente uma crise na produção agrícola (Ploeg, 2008). Além disso, como veremos, uma forma alternativa de produzir, circular e consumir alimentos está na base de propostas transformadoras da sociedade, inclusive por ser parte necessária de qualquer processo profundo e duradouro de redistribuição das riquezas e de promoção do acesso mais igualitário ao direito básico à alimentação.

Trataremos aqui de dois casos, que nos ajudam a compreender relações entre luta ambiental e lutas por igualdade, e avançar em uma reflexão crítica.

3. MST: Da luta por reforma agrária à transição agroecológica

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é lido aqui como um movimento social que se ambientalizou, no sentido exposto no item acima. Ele surgiu em 1984 com a bandeira da reforma agrária, como parte de uma luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e ideias de defesa do ambiente foram crescendo no movimento nas décadas seguintes, até a incorporação da proposta de agroecologia no ano 2000, que iria se expandir na prática dos anos seguintes (Borsatto; Castro, 2013; Barcellos, 2014; Silva; Balestrin; Bradenburg, 2018).

A luta de classes como eixo de suas ações (em especial as ocupações de terras improdutivas) sempre esteve presente no movimento: de acordo com Aliaga e Maranhão (2021), o MST se constituiu com a proposta de assumir a função organizativa e de direção política de classe – no sentido gramsciano – para todos os trabalhadores rurais sem-terra, expandindo seus interesses específicos para os demais trabalhadores rurais e urbanos.

Nos anos que se seguiram ao seu surgimento, o MST preconizava para os seus assentamentos um modelo de produção em moldes produtivistas com uso intensivo de tecnologia, incluindo o uso de agrotóxicos (Borsatto; Castro, 2013). Neste modelo, que compartilhava as bases produtivas da revolução verde ocorrida nos anos 1970 em latifúndios brasileiros, os assentados dependiam do mercado para aquisição de insumos de sua formação de preços para venderem suas *commodities* (Borsatto; Castro, 2013).

As ideias que embasavam a forma de organização proposta vinham de Kautski (1980): a agricultura camponesa seria economicamente inferior à agricultura em larga escala; daí derivava a proposta de organização em cooperativas, com forte divisão do trabalho, especialização e mecanização para produção em larga escala (Borsatto, Castro, 2013). Assim, cada assentamento deveria ter uma cooperativa de produção agropecuária, com posse coletiva da terra e dos demais equipamentos, promovendo um processo de agroindustrialização dentro do assentamento.

No entanto, essa forma de organização produtiva passou por muitos problemas, indicados por vários pesquisadores: resistência dos assentados que se identificavam com práticas camponesas (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015) e consequentes conflitos organizativos internos (Pinto, 2015); dependência do mercado de insumos e agrotóxicos (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015; Aliaga; Maranhão, 2021); insuficiência de créditos e subsídios (Aliaga; Maranhão, 2021).

Estes últimos quatro autores citados consideram que frente ao pouco êxito da forma de organização produtiva proposta para os assentamentos na primeira década e meia do MST, o movimento encontrou na agroecologia uma alternativa para mudança. Contribuíram também para a ascensão da alternativa agroecológica: as consequências negativas para a saúde dos assentados do MST, que lidavam diretamente com os agrotóxicos (Pinto 2015); o crescimento do número e expressão dos militantes das causas ecológicas no Brasil (Borsatto; Castro, 2013) e a aproximação de movimentos internacionais que já tinham incorporado a questão agrária em suas pautas, como a Via Campesina (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015; Aliaga; Maranhão, 2021).

Desde o III Congresso Nacional do MST, em 1995, o Movimento intensificava as menções à sustentabilidade em seus discursos (Borsatto, 2014). Mas foi no ano 2000, no IV Congresso Nacional do MST, que a agroecologia foi incluída pelo MST em seu programa político (MST, s/d). Desde então, ela foi fomentada nos assentamentos (com diferenças em nível estadual); iniciaram-se em 2002 as jornadas de agroecologia, encontros anuais em parceria com outras associações; o conhecimento camponês foi incorporado na prática e no discurso (Borsatto; Castro, 2013); criaram-se centros de formação e capacitação técnica em agroecologia (Borsatto; Castro, 2013), inclusive com cursos técnicos e parcerias com universidades (Silva; Balestrin; Bradenburg, 2018); estimulou-se a produção independente de sementes (Borsatto; Castro, 2014).

Segundo o próprio MST, é seu compromisso “difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, s/d).

A agroecologia é um movimento político e social que dá centralidade à produção camponesa (Gomes, 2005), em oposição à agricultura convencional hegemônica na modernidade. Luzzi (2007) ressalta que além de uma agricultura saudável e que respeita o meio ambiente, a agroecologia incorpora outras questões como igualdade de gênero, preservação cultural, segurança alimentar e democratização dos recursos naturais.

De acordo com Barcellos (2014), a apropriação do discurso agroecológico pelo MST significa a adesão a preceitos de preservação do meio ambiente, mas também o debate, por meio de uma pauta socioambiental ampliada, de suas relações com o modelo de desenvolvimento brasileiro, que inclui questões como a apropriação dos recursos naturais pelo agronegócio e pelas indústrias transnacionais.

Dessa forma, entendemos que o MST atualiza a sua luta de classes, que em sua essência permanece a mesma: continua sendo uma luta da classe trabalhadora contra os grandes capitalistas proprietários das terras, como era desde o início; porém, a luta incorpora questões ambientais que se tornaram evidentes e centrais, ao mesmo tempo em

que incorpora outros eixos de desigualdade, como gênero e raça/etnia. Neste sentido, nas últimas décadas o MST cria, entre seus novos setores, o de gênero e o de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e coloca entre suas bandeiras a diversidade étnica.

No que diz respeito à relação entre produção agrícola e meio ambiente, o uso da terra como recurso natural e as consequências ambientais da forma como ela é usada são um tema mais premente que nunca. Ploeg (2008) destaca que a forma dominante como se produzem e comercializam alimentos contemporaneamente é causa de uma crise agrária que está conectada a uma crise ambiental. Crises agrárias acontecem quando há desarticulação mais ou menos crônica da agricultura com a natureza, com a sociedade e/ou com as perspectivas e interesses diretamente envolvidos na agricultura. Na explicação do autor, tudo isso acontece com a ascensão do Império, que é “modo de ordenamento [que] reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva” (Ploeg, 2008, p. 6). Nele, estão inseridos os impérios alimentares, que têm como características o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas.

A ascensão do Império, como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e imanente (Ploeg, 2008, p. 28).

Quem está na direção dos impérios alimentares são as grandes empresas do ramo da alimentação, em redes das quais faz parte o agronegócio. Este argumento vem reforçar a ideia defendida no primeiro item deste artigo, de que a luta ambiental essencialmente transformadora é também uma luta de classes.

Nessa luta, ao incorporar as diretrizes agroecológicas, o MST reconhece que os conhecimentos locais sobre os ecossistemas são fundamentais para a produção. Pela relação necessária entre a agroecologia e os saberes tradicionais, promove a integração de conhecimentos científicos com saberes de camponeses, quilombolas e indígenas (SILVA; BALESTRIN; BRANDENBURG, 2018). Desta forma, enfrenta o apagamento colonial dos saberes de povos e comunidades que são vítimas históricas do racismo.

Além disso, a pauta ambiental e da produção saudável de alimentos acaba por angariar apoio de pessoas de classe média, que não necessariamente apoiariam o MST apenas pela bandeira da reforma agrária. Na fala de um dos principais intelectuais orgânicos do Movimento:

A nossa estratégia [do MST] é produzir comida boa. Agora nós percebemos que umas das consequências [...] [é] essa juventude que está usando o nosso boné, é porque enxergaram em nós isso: esse é o povo que planta árvore, que cuida da natureza, que está preocupado com o bem comum, que está preocupado com o planeta, que é contra o trabalho escravo. [...] Então a classe média se aproximou de nós, a juventude se aproximou de nós por esse tema, dos alimentos saudáveis, da agroecologia, da defesa da natureza (Stedile, 2023).

Vemos, assim que a pauta ambiental não apenas ganha espaço dentro da luta pela justiça social que o MST empreendia, como também o aproxima de novos aliados em um espectro maior de classe social.

4. *Slow Food* Brasil: Ativismo alimentar, ambiente e giro decolonial

A origem do *Slow Food* é bem diferente daquela do MST. O movimento começou na Itália com uma manifestação contra a inauguração de uma lanchonete de uma cadeia internacional de *fast food* em Roma, em 1988. Em perspectiva mais ampla, a oposição dos manifestantes era contra um modelo padronizante de alimentação (*Slow Food* Brasil, s/d-a). No ano seguinte, o grupo liderado por Carlo Petrini lançava um manifesto, cujo teor é bem representado pelo trecho abaixo:

O nosso século, que se iniciou e tem se desenvolvido sob a insígnia da civilização industrial, primeiro inventou a máquina e depois fez dela o seu modelo de vida.

Somos escravizados pela rapidez e sucumbimos todos ao mesmo vírus insidioso: a *Fast Life*, que destrói os nossos hábitos, penetra na privacidade dos nossos lares e nos obriga a comer *Fast Food*. [...]

Em nome da produtividade, a *Fast Life* mudou nossa forma de ser e ameaça nosso meio ambiente. Portanto, o *Slow Food* é, neste momento, a única alternativa verdadeiramente progressiva.

A verdadeira cultura está em desenvolver o gosto em vez de atrofiá-lo. Que forma melhor para fazê-lo do que através de um intercâmbio internacional de experiências, conhecimentos e projetos?

Slow Food garante um futuro melhor (Portinari, 1989, p. 59).

A manifestação partia do ponto de vista de consumidores de alimentos e cidadãos que miravam principalmente no prazer de desfrutar o sabor e a convivialidade no ato de se alimentar, na defesa das especificidades culturais dos países e regiões e, ainda, dos problemas ambientais gerados pelo modelo padronizante de alimentação. Segundo Leitch (2013), o movimento era formado por uma camada social privilegiada, tendo uma perspectiva elitista, com uma visão corporativa do alimento como mercadoria.² Porém,

² Consideramos que o *Slow Food* tem as características que classicamente definiram os movimentos sociais, como expostas por Touraine (1989): identidade (ainda que com heterogeneidades internas), oposição a sujeitos coletivos (promotores da alimentação padronizada) e um projeto de vida causador de transformações sociais (promoção de formas mais saudáveis e conviviais de produção, circulação e consumo de alimentos). Juridicamente, porém, o *Slow Food* se estruturou como organização não-governamental, hoje renomeada no Brasil como organização da sociedade civil.

conforme o *Slow Food* crescia, internacionalizando-se, suas pautas e modos de ação iam se ampliando.

Atualmente, os principais modos de atuação do *Slow Food* incluem: promoção de eventos para educação do gosto e para divulgação e debate de temas envolvendo suas principais bandeiras, e desenvolvimento de projetos de catalogação de alimentos locais e formas diversas de apoio à agropecuária camponesa e agroecológica (desde a troca de sementes crioulas, até a capacitação, passando por organização de circuitos curtos de comercialização de alimentos e outras ações). O movimento também participa de campanhas e ocupa representações em espaços públicos (conselhos, por exemplo) em que pode defender suas causas.

Foi em 1989 que o *Slow Food* se tornou oficialmente uma associação internacional, com 15 países. Desde então, continuou crescendo em número de membros e países associados. No Brasil, o movimento chegou na primeira década de 2000 e logo participou de um convênio do governo federal, sob gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em um projeto nacional de combate à fome (Ribeiro, 2019).

Provavelmente foi dessa experiência que resultou o convite que o então diretor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e ex-ministro brasileiro, José Graziano da Silva, dirigiu à Associação Internacional do *Slow Food* em 2013, para colaboração oficial no combate à fome em nível internacional. O tema do alimento como direito entraria nesse período em documentos oficiais do *Slow Food* Internacional (Petrini, 2015), a partir de um movimento de diálogo e trocas entre a associação internacional e a brasileira.

Desde 2004, com o marco do evento internacional Terra Madre daquele ano, o tema da justiça social vinha ganhando espaço crescente dentro do *Slow Food*. Seu crescimento no Brasil, nesse período, já carregava essa marca. Ribeiro (2019) narra como discussões novas eram incluídas de modo ascendente, como por exemplo, o desperdício alimentar.

Faz sentido propor a explicação de que esse processo está ligado à diversificação dos membros do *Slow Food* Brasil. Em entrevistas com membros de sua direção, em 2021, cinco dos seis entrevistados afirmaram que o movimento permanece majoritariamente formado por pessoas de classe média, porém tem ampliado a participação de agricultores, pescadores etc., o que é, aliás, uma diretriz da associação internacional nos anos 2010, segundo o fundador Petrini (2015). Mesmo a direção do *Slow Food* Brasil tem como presidenta, na gestão iniciada em 2021, uma mulher, Maria Conceição Oliveira, que na entrevista concedida nesta pesquisa, se identifica como “preta, filha de empregada doméstica”. Essa atualização do perfil do movimento e de sua direção condiz com o passo de incluir as palavras “e para todos” à frente do slogan “alimento bom, limpo e justo”, a partir de 2012.

Sobre esse tema, é importante destacar que no movimento de expansão do *Slow Food*, as alianças se ampliaram – incluindo até o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – e com isso novas questões foram sendo inseridas em seu rol de lutas, como a defesa de comunidades tradicionais e de povos originários.

Em artigo publicado em 2023 (Leal; Riedmann; Truta, 2023), defendemos que a aproximação dessas comunidades possibilitou ao *Slow Food* Brasil um salto qualitativo, pela promoção do diálogo entre saberes e disciplinas, com valorização de saberes locais e elaboração de um saber especializado que independe e vai além de discursos dominantes. Essas características aproximam o *Slow Food* Brasil do que Maristela Svampa (2019, p.81) chama de giro decolonial, que é “uma tendência que percorre e informa lutas”, referindo-se a marcos de ação coletiva, com capacidade de mobilização, definição de novos temas no debate e produção de uma subjetividade comum na América Latina.

Svampa (2019) destaca que, por meio dessa articulação, os diversos movimentos e organizações elaboram diagnósticos comuns, expandem seus discursos para além das dimensões locais e nacionais e tornam as estratégias de luta mais diversas. Movimentos sob a perspectiva do giro ecoterritorial, segundo a autora, atuam no sentido de produzir

alternativas para uma crise ambiental, para a qual as tentativas de soluções paliativas, como o desenvolvimento sustentável, não têm sido eficientes para reverter.

As alianças com comunidades tradicionais e povos originários estão fortemente ligadas ao próprio eixo de luta do movimento, da defesa da comida boa, que passa pela biodiversidade apenas garantida pelo cuidado local com os ecossistemas.

O tema ambiental já estava presente desde os primórdios do *Slow Food* na Itália na década de 1980, segundo o fundador Petrini (2015), na defesa de salvaguardar a biodiversidade como parte de uma alimentação tanto saudável como prazerosa. Mais tarde, em 2001, ele diria em um congresso internacional: “Um gastrônomo que não é um ambientalista é certamente um estúpido, mas um ambientalista que não é um gastrônomo é triste!”.

O slogan inicial do *Slow Food* no mundo todo, criado em 2005 (e depois acrescido do “para todos”), engloba aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais:

BOM: Alimento de boa qualidade, fresco, agradável, saboroso e saudável. É fruto da biodiversidade local, da cultura alimentar e do trabalho de agricultores, artesãos e cozinheiros. Não é bom se for ultraprocessado.

LIMPO: Proveniente de uma produção que contribui para a resiliência (melhor resistência às adversidades e maior capacidade de regeneração) do sistema alimentar e por isso não utiliza métodos que ameacem os ecossistemas e a fertilidade dos solos e não exige da natureza mais do que ela pode oferecer. O alimento não promove a erosão cultural e genética, é livre de agrotóxicos, de engenharia genética e de patentes. É livre de antibióticos e hormônios. É da estação, local e regenerativo, sendo produzido em respeito à terra e território, por meio de práticas sustentáveis de agricultura, de manejo animal, de processamento, mercado, consumo e descarte.

JUSTO: Agricultores e produtores artesanais merecem ter condições dignas e seu trabalho deve ser reconhecido por meio de justa remuneração. Ao mesmo tempo, o alimento justo é acessível para o coprodutor, que o adquire da forma mais direta possível. Faz parte da cultura, das tradições, dos saberes populares e da experiência de diversos grupos. Não provém de produção industrial massiva, padronizada, nem da monocultura extensiva pobre em biodiversidade. Para que o alimento justo exista, é essencial a distribuição justa de terras, garantindo o direito de todos de trabalhar pelo seu próprio sustento e promover a soberania alimentar – direito de decidir o que cultivar, produzir, o que guardar e o que comer.

PARA TODOS pois alimentação de qualidade é antes de tudo um direito humano da qual ninguém deveria ser privado, que não pode ser exclusivo de uma elite econômica e sim amplamente democratizado (*Slow Food Brasil*, s/d-b).

A partir dessa “filosofia”, o movimento considera que suas missões seguem três linhas: (1) defesa da biodiversidade; (2) promoção da “educação do gosto”, pelo despertar e treino dos sentidos para apreciar alimentos; (3) estabelecimento de laços entre consumidores e produtores de alimentos produzidos e comercializados segundo os princípios do *Slow Food* (*SLOW FOOD*, s/d-b).

Como vimos, o *Slow Food* foi um movimento inicialmente de países do Norte global, que em seu movimento de expansão que incluiu também países do Sul, foi incorporando questões de classe e decolonialidade. Quando o *Slow Food Brasil*, especificamente, foi fundado, algum grau de justiça social esteve sempre presente na sua pauta, na ideia das condições justas de produção e venda, e se ampliou com a ideia do alimento para todos. A conservação ambiental, por sua vez, já tinha presença forte. Não se trata, portanto, de um movimento social que se ambientalizou, mas que intensificou e ampliou as questões de classe e raça/decolonialidade em sua atuação (por exemplo, nas alianças com o MST e com comunidades tradicionais), entrelaçando-as com questões ambientais.

Considerações finais

De modo geral, a questão ambiental se revela como um dos temas centrais para pensar o mundo contemporâneo, já que atualmente a vida humana se encontra à mercê das mudanças ambientais do modo mais urgente desde a emergência da modernidade. Neste artigo, trouxemos argumentos para a defesa da tese de que essa crise ambiental deve ser pensada sob o plano da crise do modo de produção capitalista e das formas de poder que fazem parte dele de modo hegemônico. A classe social, a raça e o gênero são

categorias centrais nessa discussão, em que a ascensão, expansão e funcionamento do capitalismo estão essencialmente conectados aos processos coloniais de dominação. Assim, a questão ambiental não deve ser pensada separadamente da perspectiva (de)colonial que entrelaça visceralmente as categorias de raça, gênero e classe social.

O tema da produção, circulação e consumo de alimentos/comida, em especial, está totalmente ligado aos processos de degeneração (e potencialmente também aos processos de regeneração) ambiental, em nível global. Os dois movimentos pesquisados têm em seu eixo esse tema da produção de alimentos, bem como de sua circulação. Isso parcialmente explica como o tema da defesa do ambiente aparece em ambos.

No MST, houve um processo de ambientalização crescente e o tema ambiental se juntou ao da luta de classes, presente desde sua formação como parte orgânica do movimento. Explicações para isso podem ser encontradas: na aproximação com movimentos camponeses internacionais e novas possibilidades de apoios e alianças; na consideração de características e histórias de vida de membros camponeses; na necessidade de readaptação ao mercado em novas bases; na reconsideração das características do capital agrário que deveriam ser combatidas.

Já no *Slow Food* (com ênfase ao movimento no Brasil), foram os temas relativos à classe e as pautas decoloniais de defesa e aliança com comunidades tradicionais e povos indígenas que cresceram com o tempo e se aliaram progressivamente ao tema ambiental, na medida em que novos segmentos da classe trabalhadora e questões do Sul Global passavam a ser contemplados pelo movimento.

A agroecologia, presente em ambos os movimentos, é uma pauta que une setores das classes populares e das classes médias, podendo promover alianças nas próprias ações de um movimento - como aconteceu no *Slow Food* Brasil - e angariar apoio de frações das classes médias para as populares - como pode ter acontecido no MST. De qualquer forma, o eixo do combate às desigualdades de classe (indissociáveis das desigualdades raciais/territoriais), ao se cruzar com o eixo da defesa ambiental, potencializa ambas as lutas que, no fundo, são uma só.

Agradecimentos

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo auxílio à pesquisa (modalidade APQ1) que fomentou parte desta investigação.

Referências

- ACSELRAD, Henri. A ambientalização das lutas sociais - O caso do Movimento por Justiça Ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, pp. 37-55, 2010.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**: Conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. O MST e a agroecologia: Entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálisis**, v. 24, nº 3, pp. 576-584, 2021.
- ARÁOZ, Horácio Machado. “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: ALIMONDA, Hector; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (coord.) **Ecología política latinoamericana**: Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica; Tomo II. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México :Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017, pp. 193-224.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. Disponível em:
<https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6A/01_Ricardo_Borsatto.pdf>. Acesso em 21/11/2023.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CASTRO, Maristela Simões. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, nº 4, pp. 645-660, 2013.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

- GOMES, Jose Carlos Costa. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) **Agroecologia: Princípios e Técnicas** para uma agricultura orgânica sustentável. 1. ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005, pp. 70-99.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando raça. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 33, nº 120, pp. 727-744, 2012.
- GROSFUEGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XX. **Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, pp. 25-44, 2016.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.
- LEAL, Giuliana Franco; RIEDMANN, Luane do Nascimento; TRUTA, João Pedro. Potenciais e limites de movimentos sociais com foco em ativismo alimentar: Reflexões a partir do estudo de caso do Slow Food Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v.34, nº 1, pp. 01-22, 2023.
- LEITCH, Alison. Slow Food and the politics of ‘virtuous globalisation’. In: INGLIS, David; GIMLIN Debra (ed.) **The Globalization of food**. Oxford: Berg. 2009, pp. 45-64.
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: ICHS/CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- MST. Quem somos. **Nossa história**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em 10/10/2023.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, nº 1, pp. 15-40, 2010.
- PETRINI, Carlo. **Comida e liberdade: Slow Food, histórias de gastronomia para a libertação**. São Paulo: Senac, 2015.

- PINTO, Lucas Henrique. Procesos de ambientalización y transición agroecológica en el MST: Reforma agraria popular, soberanía alimentaria y ecología política. **Intexto**, nº 34, pp. 294-321, 2015.
- PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PORTINARI, Folco. **Manifesto Slow Food**. 1989. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org.br/2007/07/manifestoslowfood>>. Acesso em 26/11/2023.
- RIBEIRO, Maria João Alves. **Um alimento político e uma política que alimenta: O ativismo do Slow Food Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social/PPGDS) – Unimontes, Montes Claros, 2019.
- SAITO, Kohei. **O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, nº 3, pp. 479-505, 2018.
- SILVA, Silvana Aparecida; BALESTRIN, Nádia Luzia; BRANDENBURG, Alfio. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista GeoPantanal**, v. 13, nº 24, pp.85-98, 2018.
- SLOW FOOD. **Movimento Slow Food**. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Acesso em 07/06/2021.
- SLOW FOOD. **Filosofia**. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Acesso em 07/06/2021.
- STEDILE, João Pedro. **Uol entrevista**. Entrevista concedida a Fabiola Cidral, Leonardo Sakamoto e Chico Alves. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/play/videos/noticias/2023/05/25/joao-pedro-stedile-falade-cpi-do-mst-relacao-com-lula-e-mais--uol-entrevista.htm>>. Acesso em 29/11/2023.
- SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, nº 17, pp.5-18, 1989.

Giuliana Franco Leal é doutora em Sociologia, tendo e pós-doutorado em Ciências Sociais na Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: giulianafrancoleal@yahoo.com.br

Matheus Thomaz da Silva é doutor em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: mattseso@gmail.com

Artigo enviado em 09/04/2024 e aprovado em 09/04/2025.